

# Efeitos negativos da política econômica

Herbert Levy \*

**N**ão dá para entender como as taxas de juros de agiotagem fazem parte, e de modo tão pernicioso, da política econômico-financeira do governo, porque elas são um fator de destruição para grandes áreas da indústria e do comércio.

Aliás, dá para entender muito bem. O fator predominante na fixação das taxas de juros oficiais é a necessidade de remunerar satisfatoriamente o capital especulativo que investe, a prazo curto, o famoso dinheiro quente. Esse investimento não nos interessa em nada, mas está merecendo as atenções especiais do Ministério da Fazenda e do Banco Central para que recebam juros compensadores, afastando a possibilidade da fuga em massa. Porque essa fuga, pelas dimensões envolvidas, constituiria grave ameaça ao problema cambial do País.

A discrição do governo sobre o volume verdadeiro de dinheiro quente entrado no País procura

afastar a atenção dos observadores para uma situação delicada, capaz de nos conduzir a uma crise cambial sem precedentes. Mas, enquanto isso, indústria, comércio e agricultura sofrem as consequências dos juros de agiotagem que vigoram no País. Essa situação não pode continuar.

Enquanto inicialmente em vigor a política deflacionária do real, era estranho que ocorresse paralelamente a valorização cambial, avaliada em 20 a 25%, e que nos custa a perda de mercados externos, alguns como o de café solúvel, monopólio tradicional do Brasil agora tomado pela Venezuela e Colômbia, principalmente.

Assim, somando os compromissos da dívida externa com a remessa de juros e dividendos dos capitais aqui aplicados, agora temos de acrescentar os déficits



da balança comercial, os primeiros da história do Brasil. Como iríamos enfrentar esses compromissos, admitindo-se que os gastos de viagens dos nossos turistas se compensam com os dos turistas estrangeiros que aqui vêm?

É claro que teríamos que enfrentar uma crise cambial "pari passu" à deflação do real. Mas a lógica não funcionou. Ao contrário, no meio dessas dificuldades todas, tivemos um recorde constante de reservas cambiais, ultrapassando US\$ 60 bilhões nas fases mais críticas.

O único fator positivo foram os investimentos fixos de capital estrangeiro, em cifras bem menores. Mas boa parte deles, além disso, são feitos em máquinas e equipamentos.

A única explicação é a entrada maciça de capital especulativo, incentivada por todos os

meios. O governo brasileiro, agarrando-se a essa tábua de salvação no momento, deu os equivalentes reais sem restrições aos investidores. O resultado foi um crescimento impossível dos reais em circulação, obrigando o Tesouro a emitir títulos de dívida interna para absorver o crescimento do volume dos reais em circulação, mas levando a recordes sobre recordes nos volumes da dívida interna fundada, como temos registrado, juntamente com os demais órgãos da imprensa brasileira.

Esse é o quadro: crescimento espetacular e sem precedentes da dívida interna fundada, muito além da necessidade de cobrir os déficits do Tesouro. Inexplicável aumento, e considerável, das reservas cambiais.

O herói, ou o vilão, conforme o ponto de vista dos homens de governo e dos críticos independentes, é o dinheiro especulativo ou quente.

O ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central ou o

próprio presidente da República deveriam abrir o jogo e explicar como o dinheiro quente, engordado com os juros de agiotagem destes últimos anos, não vai constituir grave problema cambial para o País. A não ser que se mantenha essa política de agiotagem para a economia brasileira, com todos os severos custos que estão determinando recordes na inadimplência comercial e industrial, que motivaram crise bancária (pior do que a de 29, com a liquidação de mais de duzentos bancos, inclusive de grande porte), desemprego elevado, que causa graves preocupações aos observadores e aos governantes, déficits sem precedentes na balança comercial e nos orçamentos da União e dos estados. Tudo isso depondo gravemente contra a política deflacionária do FMI, que já fez estragos em outras nações, mas adotada sem restrições pelo governo.

\* Presidente do Conselho de Administração da Gazeta Mercantil.